

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACIC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

THAÍS ORTELAN GARCIA

**ADOÇÃO E EXPERIÊNCIA COM AS IFRS: uma investigação da relação com a
corrupção percebida dos países**

UBERLÂNDIA
NOVEMBRO DE 2019

THAÍS ORTELAN GARCIA

**ADOÇÃO E EXPERIÊNCIA COM AS IFRS: uma investigação da relação com a
corrupção percebida dos países**

Artigo acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Reiner Alves Botinha

UBERLÂNDIA
NOVEMBRO DE 2019

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi analisar como a adoção das IFRS está associada à corrupção percebida dos países. As IFRS vieram trazer para a contabilidade uma maior transparência nas demonstrações financeiras, uma ferramenta que faz refletir a verdadeira visão contábil/financeira das empresas. O *Transparency International*, através do índice de corrupção percebida (ICP), mede a corrupção a nível mundial. O estudo utilizou como amostra 180 países listados no ICP entre os anos de 2012 a 2018, tendo como variáveis o índice de corrupção percebida, a adoção das IFRS e o tempo de experiência com as IFRS. Verificou-se que a adoção das IFRS e experiência com a norma apresentou significância estatística nos testes de correlação aplicados, sendo a experiência com as IFRS com poder de correlação mais representativo. Portanto a adoção das IFRS e a experiência com a norma pode ser constituída como um dos determinantes na redução da corrupção percebida. Com a adoção da pesquisa, espera-se ter indicado benefícios de uma melhor transparência das informações contábeis resultantes da adoção das IFRS, para fatores relevantes da sociedade.

Palavras-chaves: Corrupção percebida. Convergência Contábil. IFRS.

ABSTRACT

The purpose of the research was to analyze how IFRS adoption is associated with perceived corruption in countries. IFRS has brought to accounting greater transparency in the financial statements, a tool that reflects the true accounting / financial vision of companies. Transparency International, through the Perceived Corruption Index (ICP), measures corruption worldwide. The study used as a sample 180 countries listed in the ICP from 2012 to 2018, having as variables the index of perceived corruption, the adoption of IFRS and the time of experience with IFRS. It was found that the adoption of IFRS and experience with the norm presented statistical significance in the applied correlation tests, being the experience with IFRS with correlation power more representative. Therefore the adoption of IFRS and experience with the standard can be constituted as one of the determinants in reducing perceived corruption. With the adoption of the survey, it is expected to have indicated benefits of better transparency of accounting information resulting from the adoption of IFRS, for relevant factors of society.

Keywords: *Corruption perceived. Accounting Convergence. IFRS.*

1 INTRODUÇÃO

A corrupção é um problema bastante antigo no Brasil e no mundo, sendo acentuado com o fenômeno da globalização, que facilitou o fluxo de capitais lícitos e ilícitos. Em 1977, nos Estados Unidos da América, após o escândalo de corrupção Watergate, foi criada uma forte legislação, convenções internacionais de combate e prevenção à corrupção em todo o mundo (MEDEIROS; ROCHA, 2016).

Muito se fala sobre a corrupção, mas afinal, o que é corrupção? Segundo o Dicionário Aurélio, a palavra corrupção (substantivo feminino derivada do latim *corruptio*) pode significar: (1) ato ou resultado de corromper; corrompimento, corruptela; (2) decomposição de matéria orgânica, geralmente causada por microrganismos; putrefação; (3) alteração das características de algo; adulteração; (4) degradação de valores morais ou dos costumes; devassidão, depravação; (5) ato ou efeito de subornar alguém para vantagens pessoais ou de terceiros; (6) uso de meios ilícitos, por parte de pessoas do serviço público, para obtenção de informações sigilosas, a fim de conseguir benefícios para si ou para terceiros (AURÉLIO, 1986).

A contabilidade foi e ainda é usada em prática ilícitas, sendo utilizada para manipular resultados, ocultar práticas corruptas, tais como: desvio de verbas, caixa dois, entre outros esquemas de corrupção. Para evitar essas práticas as normas contábeis estão ficando cada vez mais rigorosas (NEU et al., 2013).

O Instituto Datafolha realizou nos anos de 2015 e 2016 uma pesquisa sobre: “o que a população brasileira entende como os maiores problemas da nação?”. A corrupção foi apontada como o tema mais preocupante da sociedade nos anos da pesquisa, superando os problemas nas áreas de saúde, desemprego, educação e segurança pública.

Partindo da hipótese que a promoção de normas e práticas contábeis, assim como relatórios financeiros e de auditoria mais confiáveis e transparentes, contribuíram para a redução da corrupção e fizeram com que a contabilidade exercesse um papel de monitoramento capaz de limitar a corrupção (ROSE-ACKERMAN, 1998). Este trabalho foi elaborado com o objetivo de analisar como a adoção das IFRS está associada à corrupção percebida dos países.

No mundo globalizado, onde a competição entre os países está cada vez maior, e com tantos escandalos de corrupção do Brasil, é necessário o estudo de alternativas que possam coibir a corrupção e buscar alternativas para melhorar a imagem nacional, tanto para os investidores internos (brasileiros) e externos (internacionais), como para a população, que está

cada vez mais desacreditada no país.

Espera-se que essa pesquisa proporcione bons resultados para a prática, visto que com a adoção das IFRS, a literatura ressalta a tendência de que ocorra a melhora da qualidade das informações contábeis, consequentemente reduzindo a corrupção vinculada a essas informações, aumentando a confiança dos investidores em investir em empresas brasileiras. A pesquisa também proporciona contribuições teóricas, pois pode servir como base para outros estudos e pesquisas relacionadas ao uso de demonstrações contábeis como forma de coibir a corrupção.

Além dessa introdução, o presente artigo está segmentado em quatro seções. Inicialmente apresenta-se o referencial teórico, a seguir, reportam-se os aspectos metodológicos adotados no estudo. Na quarta seção estão reportadas as análises e discussões dos dados para, por fim, apresentar as considerações finais, com a evidenciação das limitações, bem como, as indicações de oportunidades para o desenvolvimento de futuras pesquisas.

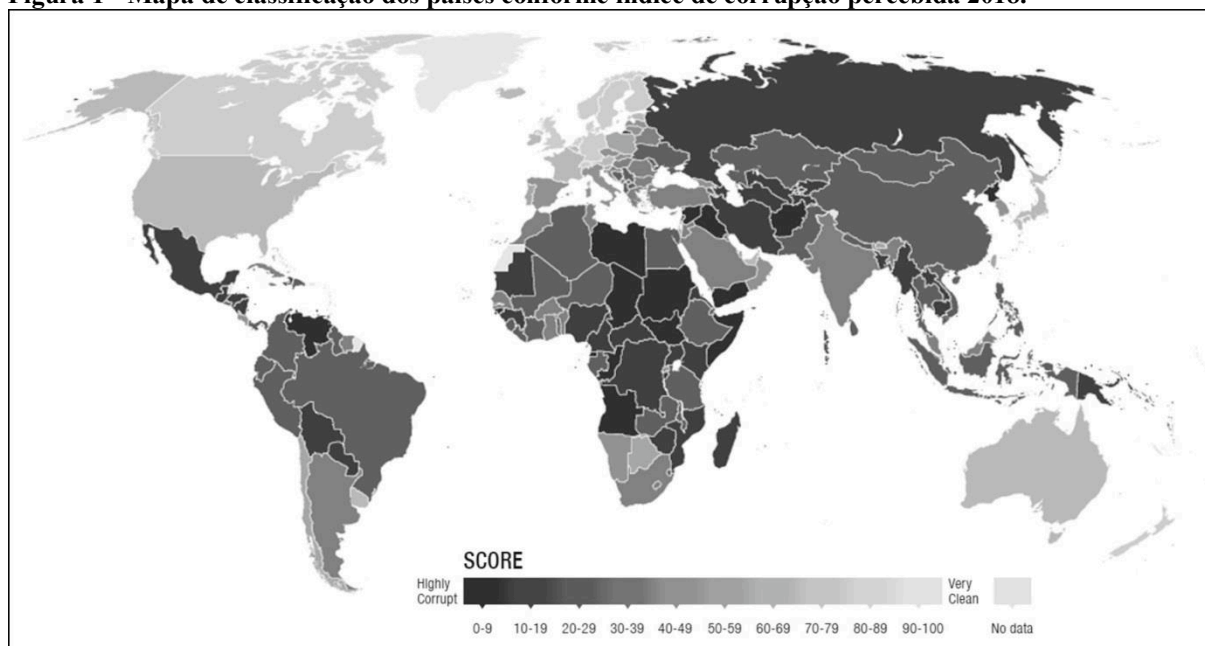
2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Corrupção

A corrupção é um tema em evidência nos dias atuais, o Brasil está passando por situações relacionadas à corrupção, como é o caso da operação Lava Jato, considerada pelo Ministério Público Federal, a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro, que o Brasil já teve, já dura no mínimo 10 anos, e já foram presos empresários, políticos, representantes públicos, doleiros, entre outros envolvidos (MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL, 2017).

Existe uma organização internacional a Transparency International, que através do Índice de Corrupção Percebida (ICP), é uma ferramenta que mede a corrupção no mundo, essa organização existe desde 1995, e mede 180 países. A sua pesquisa utiliza uma pontuação de 0 a 100, em que 0 significa que o país é considerado muito corrupto e 100 o país é considerado incorruptível. A Figura 1 apresenta a situação dos países quanto à classificação no IPC.

Figura 1 - Mapa de classificação dos países conforme índice de corrupção percebida 2018.



Fonte: Mapa estruturado conforme figuras apresentadas no Corruption Perceptions Index Report 2018 (TRANSPARENCY, 2018).

Em 2018 o Brasil perdeu dois pontos desde o ano passado, atingindo a pontuação 35, ocupando a colocação 105 o que acarretou na sua menor pontuação no IPC em sete anos, e foi considerado pelos pesquisadores da organização o pior resultado. (TRANSPARENCY, 2018)

Na abordagem contábil a corrupção é caracterizada quando acontecem manipulações contábeis, que podem tendenciar a apresentação, para os usuários externos, de uma melhor situação financeira e patrimonial da empresa, ou o desvio de recursos da empresa, também conhecido como “caixa dois” ou “contabilidade criativa”. (TRANSPARENCY, 2018)

A contabilidade criativa é o resultado da transformação das cifras contábeis de o que realmente são para aquilo que aqueles que a elaboram desejam que sejam, aproveitando-se das facilidades que as normas existentes proporcionam, ou mesmo ignorando-as (NASER, 2003, p. 46). Por meio da manipulação das informações contábeis/financeiras, da realidade do patrimônio de uma empresa, com o objetivo de garantir que as informações estejam de acordo com o desejo dos gestores.

De acordo com Gunny (2005, p. 2), a “contabilidade criativa pode ser classificada em três categorias: contabilidade fraudulenta, acumulações de resultados e contabilidade criativa real”. A primeira abrange opções que contrariam os princípios contábeis permitidos. A acumulação de resultados acontece quando tentam mascarar o real desempenho econômico. E a contabilidade criativa real acontece quando com o objetivo de aumentar os ganhos, os gestores adotam práticas não aceitáveis.

O “caixa dois” segundo Sandroni (2001, p. 72), “é jargão utilizado nos meios empresariais para designar as despesas e receitas de uma empresa que não são registradas oficialmente”. Para Fleischer (1997, p. 6) “caixa dois é normalmente utilizado para esconder lucros excessivos de tributação, mas também é utilizado para ‘pagamentos ilegais’, como as campanhas de contribuição – normalmente feitas em dinheiro local (moeda local ou dólares)”.

Segundo Jesus (2016, p. 17) a corrupção pode passar-se de maneira tangível ou intangível. Tangível quando usam o dinheiro de forma objetiva e material, como superfaturamento de obras, venda de “notas fiscais frias”, ou até mesmo a corrupção fiscal para abatimento ou omissão do imposto a pagar. E intangível quando usam de benefício ou favorecimento, fazendo com que o dinheiro não seja utilizado diretamente, mas o benefício monetário indireto está presente, como por exemplo, compartilhamento de informações privilegiadas.

O atual Código de Ética do Contador (2019) deixa claro que:

Art. 3º - No desempenho de suas funções é vedado ao Profissional da Contabilidade:
VIII – concorrer para a realização de ato contrário à legislação ou destinado a fraudá-la ou praticar, no exercício da profissão, ato definido como crime ou contravenção;
IX – solicitar ou receber do cliente ou empregador qualquer vantagem que saiba para aplicação ilícita;

O assunto corrupção é um tema habitual, embora ainda não haja medidas pontuais, bloqueios para que pessoas corruptas sejam responsabilizadas e penalizadas de forma exemplar. Implantação de controles internos eficazes e a utilização de auditorias ainda não são prioridades nas empresas.

Os sistemas contábeis e de auditoria poderão fornecer informações na descoberta de provas de ocorrência de fraude ou corrupção. Através dos exames dos livros, arquivos contábeis, ou das demonstrações contábeis financeiras será possível rastrear operações criando assim pistas de auditoria que servirão de bases para o prosseguimento de novas investigações (MOLINA; PEREZ, 1996).

2.2 A adoção das IFRS e a corrupção

O *International Accounting Standards Board* (IASB) é um organismo privado de âmbito internacional criado em 1973 com sede em Londres. O número de países a permitir e/ou exigir a adoção das IFRS na preparação das demonstrações financeiras tem crescido ao longo dos últimos anos. O Brasil teve sua adoção obrigatória ao IFRS a partir do ano de 2010.

O IFRS veio trazer para a contabilidade uma maior transparência nas demonstrações financeiras, comprovar a evolução e incremento dos negócios das companhias, é uma ferramenta que faz refletir uma verdadeira visão contábil/financeira das empresas.

Um dos importantes pressupostos para a adoção do IFRS é a transparência, mostrar ao seu público alvo a forma como os registros contábeis foram efetuados e se os mesmos atendem às normas internacionais. Isso implica dizer que a empresa deverá passar a apropriar seus registros de forma a apresentar, por exemplo, os seus custos atuais, de acordo com a manutenção do seu capital físico, em todos os níveis de inflação e deflação, com a manutenção do seu capital em unidades de poder de compra constante (BOZZO; JOSÉ OSVALDO, 2014).

Van Tendeloo e Vanstraelen (2005, apud LOURENÇO; CASTELO-BRANCO, 2015, p. 128) apontam quatro vantagens decorrentes da adoção das IFRS:

Em primeiro lugar, de tal adoção deverá decorrer uma maior capacidade dos investidores tomarem decisões financeiras informadas, eliminando a confusão decorrente da existência de diferentes formas de mensurar a posição e o desempenho financeiros em diferentes países, o que conduz a uma redução do risco para investidores e do custo do capital para as empresas. Em segundo lugar, deverá ter como consequência uma diminuição dos custos relacionados à elaboração de informação financeira de acordo com diversos conjuntos de normas. Em terceiro lugar, conduzirá a maiores incentivos ao investimento internacional. Em quarto lugar, possibilitará uma alocação de recursos financeiros mais eficientes em nível mundial.

Assim, passados nove anos da adoção completa das IFRS no Brasil, cabe-se discutir se houve ou não melhoria na qualidade da informação prestada pela contabilidade. A Figura 2 apresenta a situação dos países quanto à adoção das IFRS, indicando nas cores destacadas os países nos quais as normas IFRS são requeridas para companhias abertas listadas na respectiva bolsa de valores.

Figura 2 - Mapa de países onde as normas IFRS são requeridas para companhias abertas.



Fonte: Mapa estruturado conforme figura apresentada pela IFRS Foundation (IFRS, 2019).

No ano de 2019, no momento do desenvolvimento dessa pesquisa, 166 jurisdições incluindo todas as jurisdições do G20, aderiram ao movimento de convergência às IFRS, sendo que, quase todas elas (156 das 166) assumiram um compromisso público apoiando um único conjunto de padrões contábeis globais de alta qualidade (apenas a Albânia, Belize, Bermudas, Ilhas Cayman, Egito, Macau, Paraguai, Suriname, Suíça e Vietnã não assumiram o compromisso). Dessas 156, 144 requerem as normas IFRS para todas ou a maioria das empresas listadas e instituições financeiras (IFRS, 2018).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa do ponto de vista de seus objetivos se classifica como descritiva, considerando que descrever entre outros aspectos significa identificar, relatar e comparar. O objetivo da pesquisa descritiva para Gil (2008, p. 47).

Quanto à abordagem metodológica a pesquisa se enquadra como quantitativa, pois a pesquisa quantitativa se centra na objetividade, na análise dos dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Quanto aos instrumentos de coleta dos dados a pesquisa utilizou-se da pesquisa do tipo documental com base em dados secundários que segundo Gil (2008, p. 45), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. As fontes na pesquisa documental são muito mais diversificadas e dispersas”.

A Coleta de dados foi feita utilizando o Índice de Corrupção Percebida (ICP) extraído do sítio eletrônico do Transparency Internacional®, um órgão que se destaca pela liderança à luta contra a corrupção, foi utilizado como parâmetro para identificar a corrupção nos países analisados. O ICP indica em uma escala de zero a cem o nível de corrupção dos países, onde zero significa que o país é classificado como fortemente corrupto e cem significa que o país é um país limpo de corrupção (TRANSPARENCY, 2018). A partir desse critério quanto maior o ICP, menor é a corrupção. A fim de simplificar a relação entre as variáveis estudadas e o ICP, foram aplicados no estudo um método de correlação entre as variáveis. O Quadro 1 apresenta os parâmetros para classificar os graus de correlação entre as variáveis que auxiliarão na análise dos resultados.

Quadro 1 – Identificação do grau de correlação

Intervalo do coeficiente	Classificação do grau de correlação
$\pm 0,91 - \pm 1,00$	Muito forte
$\pm 0,71 - \pm 0,90$	Alta
$\pm 0,41 - \pm 0,70$	Moderada
$\pm 0,21 - \pm 0,40$	Pequena, mas definida
$\pm 0,01 - \pm 0,20$	Leve, quase imperceptível

Fonte: de acordo com Hair Jr. et al. (2005, p. 312).

Quanto à formação dos países amostrais, foram elencados todos os países reconhecidos pelas Nações Unidas, e posteriormente foram excluídos da amostra os países que não estavam listados no índice de corrupção percebida.

Quadro 2 – Amostra de países da pesquisa

ETAPAS DA SELEÇÃO DOS PAÍSES	Nº
Quantidade de países globais listados no <i>Human Development Report (United Nations Development Programme, UNDP)</i>	195
(-) países elencados no Índice de corrupção percebida	(15)
(=) Total de países selecionados para a amostra	180

Fonte: Elaborado pelos autores

Para a coleta das informações referentes à adoção e experiência com as IFRS, as informações foram extraídas do sítio eletrônico do *International Accounting Standards Board* (IASB) que disponibiliza dados sobre a adoção das IFRS pelas jurisdições que aderiram ao movimento de convergência às normas internacionais (IASB, 2019).

Quanto aos períodos de análise, os dados foram coletados referentes aos períodos de 2012 a 2018 considerou-se um período maior que cinco anos para ter uma base de dados maior para análise.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 1 mostra análise dos países com base em duas variáveis, o Índice de corrupção percebida e o tempo de experiência com as IFRS, analisando todos os países, depois separando e analisando separadamente os países que adotam dos países que não adotam as IFRS.

Tabela 1 – Análise descritiva dos dados

Todos os países da amostra						
Variável	Obs	Média	Mediana	DesvPad	Min	Max
ICP	1229	42,94	38	19,56	8	92
EXP	1260	5,30	4	5,60	0	31
Países da amostra que adotam as IFRS						
Variável	Obs	Média	Mediana	DesvPad	Min	Max
ICP	1016	44,62	40	19,99	8	92
EXP	1044	6,40	6	5,55	0	31
Países da amostra que não adotam as IFRS						
Variável	Obs	Média	Mediana	DesvPad	Min	Max
ICP	213	34,94	32	15,00	15	87
EXP	216	0,00	0	0,00	0	0

Legenda: **ICP**: Índice de Corrupção Percebida; **EXP**: experiência com a adoção das IFRS.

Fonte: elaborado pela autora.

A Tabela 1 permitiu verificar que o ICP médio, em todos os países da amostra, é de 42,94% e o tempo médio de EXP é de 5 anos. Os países que possuem o ICP abaixo de 50% são países que tendem a ser mais corruptos, ou seja, a média global é uma tendência para mais corrupto do que limpo de corrupção.

A média do ICP dos países que adotam as IFRS (44,62%) é maior que a dos países que não adotam o IFRS (34,94%), ou seja, uma nota 44 é mais limpa de corrupção que uma nota 34, que é a nota dos países que não adotam as IFRS. Essas médias já permitem uma percepção que países que adotam as IFRS tendem a ter um ICP melhor que os países que não adotam as IFRS, ou seja, tendem a ser mais limpos de corrupção. A Tabela 2 apresenta o teste de normalidade Shapiro-Francia que avalia se os dados apresentam uma distribuição normal.

Tabela 2 – Teste de normalidade de Shapiro-Francia

Variável	Obs	W'	V'	Z	Prob>z
CPI	1.229	0,9466	42,156	7,351	0.00001
EXP	1.260	0,9724	22,189	6,295	0.00001

Legenda: **ICP**: Índice de Corrupção Percebida; **EXP**: experiência com a adoção das IFRS.

Fonte: elaborado pela autora.

Analisando o p-value do teste, observa-se valores menores do que 0,05, ou seja, quer dizer que os dados não apresentam distribuição normal, e é necessário aplicar um teste de correlação específico para os indicadores.

Ao verificar a não normalidade dos dados, apontado pelo teste Shapiro-Francia, foi aplicado o teste Wilcoxon Mann-Whitney, conforme a Tabela 3, para inicialmente verificar se as diferentes médias (medianas no caso das variáveis com distribuição não normal) são de fato diferentes estatisticamente, para assim poder tecer inferências acerca dos resultados.

Tabela 3 – Teste de Wilcoxon Mann-Whitney

	Obs.	Mediana ICP	Σ postos observados	Σ postos esperados	Sig. Estatística	Decisão
Não adota IFRS	213	32,0	97.597	130.995	0.000	Rejeita H0
Adota IFRS	1.016	40,0	658.238	624.840		
Combinado	1.229	38,0	755.835	755.835		

Fonte: dados da pesquisa.

O teste da Tabela 3 aponta que países que adotam as IFRS tem uma mediana do ICP realmente diferente dos países que não adotam as IFRS. Uma vez que a mediana do ICP é diferente para os grupos de países (países que adotam IFRS, possuem indicadores maiores, que os países que não adotam as IFRS) pode-se inferir que de fato os países adotantes das IFRS tendem a ser mais limpos em termos de corrupção percebida.

Para confirmar os resultados das estatísticas descritivas testadas inicialmente, na Tabela 4, observa-se um teste de correlação entre as variáveis analisadas, ICP, EXP e Adoção.

Tabela 4 – Teste de correlação por postos de Spearman

	ICP	EXP	Adoção
ICP	1,000 0,000		
EXP	0.347*** 0,000	1,000 0,000	
Adoção	0.202*** 0,000	0.516*** 0,000	1,000 0,000

Legenda: (***) significante a 1%; (**) significante a 5%; (*) significante a 10%;

Legenda: **ICP**: Índice de Corrupção Percebida; **EXP**: experiência com a adoção das IFRS.

Fonte: elaborado pela autora.

O indicador ICP indicou uma correlação com significância estatística, mostrando uma fraca correlação com o EXP, que apresentam uma correlação, mesmo que pequena. O ICP está relacionado com a EXP, o que significa que, quanto maior a experiência com as IFRS maior o ICP, ou seja, quanto maior a experiência com as normas, mais limpo é o país de corrupção.

A relação do ICP com a adoção apresenta uma correlação mais fraca, o que quer dizer que, torna-se melhor relacionar o ICP com a experiência com as IFRS do que relacionar o ICP com o simples fato de adotar ou não as IFRS, visto que a relevância é maior. Isto implica que a experiência com as normas pode ter maior impacto no cenário de corrupção dos países, isto posto que, as empresas podem já estar mais acostumadas com as normas, os relatórios apresentam maior conformidade com as IFRS é tido como melhor padrão normativo que possibilita maior transparência às informações contábeis.

Como demonstrado ao longo do trabalho as IFRS exercem um papel importante na redução da corrupção percebida dos países que fizeram a adoção de suas normas. Ao longo dos anos houve um aumento na proporção dos países que adotam as IFRS, principalmente a partir do ano de 2012.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho foi desenvolvido com o objetivo de analisar como a adoção das IFRS está associada à corrupção percebida dos países analisados. Avaliou-se a correlação existente entre as variáveis de adoção e experiência com as IFRS e a corrupção percebida dos países.

O presente estudo teve como amostra 180 países, sendo coletadas as informações que no *Transparency International* referente ao índice de corrupção percebida dos países da amostra e no sítio eletrônico do IFRS *Foundation* quanto às informações de adoção e experiência dos países com as IFRS.

Verificou-se nesse estudo que a adoção das IFRS e experiência com as IFRS apresentaram significância estatística nos modelos testados, indicando haver relação direta com a corrupção percebida dos países. Verificou-se que o fato do país adotar as IFRS e ter maior tempo de experiência com esse padrão normativo, maior o indicador de corrupção percebida, ou seja, mais limpo de corrupção é o país. Destacou-se maior relevância da experiência com as IFRS em detrimento da simples adoção das IFRS.

Espera-se que o presente estudo tenha colaborado com a literatura, fornecendo observações quanto a importância da adoção das IFRS como um instrumento que auxilia, por meio da possível melhoria da transparência, nos indicadores de corrupção.

Como limitação da pesquisa, infere-se a não inserção de outras variáveis representativas da contabilidade, embora tenha sido concentrado na investigação da adoção das IFRS para todos os países ranqueados no ICP, bem como na investigação de qual informação de adesão às IFRS

correlaciona-se mais à corrupção percebida, se a adoção das IFRS ou experiência com as normas. Como sugestão de pesquisas futuras, sugere-se investigar a influência da corrupção no processo de adoção das IFRS, para verificar se existe uma influência inversa.

REFERÊNCIAS

AURÉLIO. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BOZZO, J. O. **A responsabilidade do auditor independente**. Disponível em: <<http://www.examcontabil.com.br/noticias/tecnicas/2014/08/26/a-responsabilidade-do-auditor-independente.html>>. Acesso em 29 set. 2019.

CÓDIGO DE ÉTICA DO CONTADOR. **Código de Ética**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res803.htm>> Acesso em: 16 fev. 2019.

DATA FOLHA. **Corrupção lidera pela primeira vez pauta de problemas do país**. 2015. Disponível em <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/11/1712972-corupcao-lidera-pela-primeira-vez-pauta-de-problemas-do-pais.shtml>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

FLEISCHER, D. Political corruption and campaign financing: Brazil's slow shift towards anti-corruption laws. In: International Congress of the Latin American Studies, Association (LASA), 20, Guadalajara, México, 17 a 19 de Abril, 1997. **Anais...** LASA: Brasília, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GUNNY, A. K. The relation between earnings management using real activities manipulation and future performance: evidence from meeting earnings benchmarks. **Contemporary Accounting Research**, v. 27, n. 3, p. 855-888, 2005.

HAIR JR., J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookmann, 2005.

IASB - International Accounting Standards Board. IFRS / **Standard IFRSs: 2009**. Disponível em: <<http://www.iasb.org/IFRSs/IFRSs.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

IFRS. **Analysis of the IFRS jurisdiction profiles**. 2018. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/use-around-the-world/use-of-ifrs-standards-by-jurisdiction/#analysis>>. Acesso em: 28 set. 2019.

IFRS. **Who uses IFRS Standards? Use of IFRS Standards by Jurisdiction.** 2019. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/use-around-the-world/use-of-ifrs-standards-by-jurisdiction/>>. Acesso em: 28 set. 2019.

JESUS, F. **Perícia e investigação de fraude: uma análise psicológica e operacional na evidenciação de fraude.** 3ª edição. Goiânia: AB Editora, 2016.

LOURENÇO, I. M. E. C.; CASTELO-BRANCO, M. E. M. A. D. Principais Consequências da Adoção das IFRS: Análise da Literatura Existente e Sugestões para Investigação Futura. **Revista de Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, v. 26, n. 68, p. 126-139, mai.-ago. 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Caso Lava Jato.** Disponível em:<<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em 15 fev. 2019.

MOLINA, G. J.; PEREZ, M. O.. **Teoría de la Auditoria Financeira.** Madrid: McGraw-Hill, 1996.

NASER, K. **Creative Financial Accounting: its nature and use.** London: Prentice-Hall, 1993.

NEU, D. et al. **Accounting and networks of corruption. Accounting, Organizations and Society**, v. 38, n. 6, p. 505-524, 2013.

ROSE-ACKERMAN, S. **Corruption and Development**, In Pleskovic, B. and Stiglitz, J. (ads), Annual World Bank Conference on Development Economics, 1998. Washington DC: World Bank, p. 35-57

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia.** 7º ed. São Paulo: Best Seller, 2001.

TCE. **Corrupção no Brasil e no Mundo.** 2016. Disponível em:<https://www.tce.ce.gov.br/downloads/Controle_Cidadao/gestao_publica/fasciculo_1_.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

TRANSPARENCY. **Corruption Perception Index. 2018.** 2018. Disponível em: <<https://www.transparency.org/cpi2018>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

UFRGS. **Métodos de Pesquisa.** 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2019.